



**Luciano José Oliveira Novais**

**Da perceção subjetiva de discriminação à experiência de vitimação em contexto de vulnerabilidade socioeconómica: uma abordagem narrativa.**

Universidade Lusófona do Porto

**Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto**

Porto,

Dezembro 2017





**Luciano José Oliveira Novais**

**Da perceção subjetiva de discriminação à experiência de vitimação em contexto de vulnerabilidade socioeconómica: uma abordagem narrativa.**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 30/11/2017, perante o júri seguinte:

**Presidente:** Prof<sup>a</sup>. Doutora Inês Martins Jongenelen (Prof<sup>a</sup> Associada da Universidade Lusófona do Porto)

**Arguente:** Prof<sup>a</sup> Doutora Maria José Pereira Ferreira (Prof<sup>a</sup> Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

**Orientador:** Prof<sup>a</sup> Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral (Prof<sup>a</sup> Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Universidade Lusófona do Porto

Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto

Porto,

Dezembro 2017

### **Agradecimentos**

*É preciso reinventar o amor, toda a gente sabe.*

Arthur **Rimbaud**.

A presente dissertação é o culminar do trabalho contínuo para o qual o saber e ajuda de várias pessoas foi fundamental. À minha orientadora de dissertação, professora doutora Joana Cabral, ao grupo de investigação da qual fiz parte, *os desiguais*, quero agradecer a forma como iluminaram todo este percurso. Aos meus familiares e amigos que com paciência e compreensão souberam dar a palavra certa nos dias de maior exigência e desgaste, quero deixar aqui o meu amor. Agradecer de forma especial aos participantes deste estudo pela disponibilidade, compreensão e confiança que depositaram no meu profissionalismo.

**Resumo** (em Português)

O fenómeno de discriminação socioeconómica é uma forma de discriminação cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas. O crescente acentuar da polarização socioeconómica entre uns e outros, num mundo cada vez mais competitivo, menos cooperante, tem favorecido o aumento acentuado da exclusão social.

No presente estudo procurou-se compreender a forma como a experiência de vitimação decorrente da percepção de discriminação socioeconómica é subjetivamente construída em contexto de vulnerabilidade socioeconómica, à luz do modelo ecológico e das abordagens narrativas. O estudo envolveu 4 adultos, 3 do sexo masculino e 1 do feminino, com os quais se procedeu à aplicação de uma entrevista semi-estruturada com base na qual se procurou avaliar o impacto do tratamento discriminatório recebido no contacto de proximidade do indivíduo com as várias esferas sociais, bem como avaliar a percepção individual da qualidade de vida em contexto de vulnerabilidade socioeconómica.

De acordo com a literatura, para a compreensão da formação das identidades sociais e das representações sociais por parte dos indivíduos, há que ter em conta os fatores individuais, sociais e culturais que rodeiam os indivíduos, no tempo e no espaço. Neste estudo propusemo-nos perceber a percepção que os indivíduos têm sobre a sua realidade-condição e o sentido que a mesma assume para eles, e compreender as atitudes e comportamentos que apresentam perante situações de discriminação socioeconómica. Os resultados deste estudo ajudam a perceber a intersubjetividade inerente aos conceitos em estudo, nomeadamente na relação como são percecionados, significados e operacionalizados pelos participantes. Os participantes mencionam alterações nas relações interpessoais e intrapessoais decorrentes da exclusão social. Os participantes apontam alterações de ordem estrutural, nomeadamente de facilitação ao acesso a serviços de apoio instrumental por parte dos mais vulneráveis socioeconomicamente, bem como alterações de carácter individual e educacional dos excluídos e de quem os exclui.

**Palavras-Chave:** discriminação percebida, vitimação, exclusão social, polarização social, qualidade de vida.

### **Abstract**

The phenomenon of socio-economic discrimination is a form of discrimination that is increasingly present in contemporary societies. The growing accentuation of socio-economic polarization between the two, in an increasingly competitive, less cooperative world, has favored a sharp increase in social exclusion.

In the present study we tried to understand how the experience of victimization resulting from the perception of socio-economic discrimination is subjectively constructed in a context of socio-economic vulnerability, in light of the ecological model and narrative approaches. The study involved 4 adults, 3 males and 1 females, with whom a semi-structured interview was carried out, based on which the impact of the discriminatory treatment received in the proximity contact of the individual with the various social spheres, as well as evaluating the individual perception of quality of life in a context of socio-economic vulnerability.

According to the literature, to understand the formation of social identities and social representations by individuals, it is necessary to take into account the individual, social and cultural factors that surround individuals in time and space. In this study we proposed to perceive the individuals' perception of their reality-condition and the meaning it assumes for them, and to understand the attitudes and behaviors that they present in situations of socio-economic discrimination. The results of this study help to understand the intersubjectivity inherent to the concepts under study, namely in the relation how they are perceived, meaning and operationalized by the participants. Participants mention changes in the interpersonal and intrapersonal relationships resulting from social exclusion. The participants point out structural changes, such as facilitating access to instrumental support services by the most vulnerable socioeconomically, as well as changes in the individual and educational character of the excluded and those who exclude them.

**Keywords:** perceived discrimination, victimization, social exclusion, social polarization, quality of life.

## Índice

I. Introdução	8
II. Enquadramento conceptual	9
a. Pobreza, polarização social, exclusão social e vulnerabilidades	9
b. Pessoas em situação de sem-abrigo	10
c. Representações sociais e Identidade	10
d. Qualidade de vida, necessidade, suficiência e resiliência	11
d. Discriminação e vitimação – estudos empíricos	12
e. Em Portugal	13
III. Objetivos e Questões de Investigação	13
IV. Método	14
a. Participantes	14
b. Procedimentos	15
c. Materiais/Instrumentos	16
d. Metodologia de análise	16
V. Resultados	17
VI. Discussão dos Resultados	24
VII. Conclusões	26
VIII. Considerações finais: limitações, sugestões e contributos.	27
IX. Referências	29

## I. Introdução

Este estudo serve o propósito de reunir e sistematizar considerações teóricas sobre os fenómenos de desigualdade social e sobre a experiência de vitimação decorrente da discriminação socioeconómica a que pessoas em contexto de vulnerabilidade estão sujeitas, bem como estudar empiricamente os fenómenos. Para o efeito, utilizou-se uma visão simultaneamente panorâmica e de proximidade sobre os aspetos e dimensões individuais e conjunturais envolvidos no processo de exclusão social.

Segundo dados do relatório *The Global Risks Report* (2017), o aumento da desigualdade de rendimentos e de património configuram uma tendência global para os próximos anos. No mesmo relatório salienta-se que apesar do decréscimo verificado da desigualdade social no mundo industrializado, entre o início do século XX até aos anos 80, os últimos anos têm sido elucidativos de um movimento de retrocesso para níveis mais elevados de desigualdade. Na origem deste retrocesso, segundo vários relatórios nacionais e internacionais, exemplos o Eurobarómetro 69 (2008) e OCDE (2008), parece residir na distribuição desigual de rendimentos que acentua o fosso entre os ricos e os pobres, bem como, segundo Taylor Gooby (2003), na manutenção de fatores estruturais e a variação de fatores conjunturais, que privilegiam *uns* em detrimento de *outros* numa sociedade em constante movimento. Para Bruto da Costa (2008), o desemprego por exemplo acarreta um exemplo expressivo de alteração em vários domínios, a saber: perda de rendimentos normais (domínio económico), perda de relações sociais (domínio social) e perda na sua identidade social (domínio das referências).



## II. Enquadramento conceptual

### Pobreza, polarização social, exclusão social e vulnerabilidades

Para vários autores a pobreza, polarização social e exclusão social são conceitos interligados (Townsend, 2002).

A *pobreza*, segundo Bruto da Costa (2008), implica a privação de algo por falta de recursos. De uma forma mais específica, a definição de pobreza não reúne consenso, havendo variação de acordo com a primazia de alguns indicadores de *pobreza* em relação a outros. Segundo Hagenaaars e de Vos (1988), a pobreza pode ser entendida e englobar 3 formas distintas de conceitos: i) os absolutos: segundo os quais o indivíduo é pobre se possuir menos do que o mínimo objetivo e convencionado socialmente como necessário; ii) os relativos: o indivíduo é pobre se possuir menos do que os outros na sociedade; iii) os subjetivos: o indivíduo é pobre se julgar que não tem o suficiente para viver.

A respeito da *polarização social*, Wilkinson e Pickett (2009), defendem que o seu crescimento tem alterado significativamente as sociedades contemporâneas. Com efeito, o aumento dos problemas sociais e de saúde, o crescimento das tensões sociais e o decréscimo social da coesão e do bem-estar social, são problemáticas que estão na ordem do dia e que se mostram consistentemente associadas à desigualdade social (Townsend, 2002; Wilkinson e Pickett, 2009).

A *exclusão social* é um fenómeno multidimensional de produção de um excluído. Nesta conceptualização do termo estão implicadas ruturas e falhas sucessivas da sociedade e das suas diversas estruturas para com o indivíduo (e vice-versa) e uma, consequentemente, alienação do indivíduo das esferas sociais convencionais. Para Luís Capucha (2005), demarcar conceptualmente o termo implica “atribuir duas diferentes conotações da noção de exclusão social, uma centrada na natureza dos laços sociais, a outra nos direitos de participação”. Deste modo, “estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem lhe foram retirados, objetivamente direitos de cidadania”.

Com a introdução do termo *desqualificação social* para caracterizar os excluídos, Paugam (2003) explica o termo, do ponto de vista do indivíduo, como o “estudo a diversidade dos estatutos que o caracterizam, as identidades pessoais, quer dizer, os sentimentos subjetivos da própria situação que vivem no decurso de várias experiências sociais e das relações sociais que mantêm entre si e com os outros”. Bem entendido, Paugam

alerta também para necessidade de atualização do método diagnóstico que aglomere as novas formas de pobreza e as mudanças do sistema social nas sociedades modernas, “é claro que as formas institucionais da precariedade económica e social são, hoje em dia, muito diversificadas e que as populações abrangidas pela intervenção dos trabalhadores sociais são cada vez mais numerosas”. Neste sentido, o conceito de *pobreza*, com Paugam (2003), altera-se em termos de alcance, isto é, “não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam”, bem como na formas como existe o estigma na contemporaneidade, “a pobreza é o símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral”.

No que respeita às *vulnerabilidades*, poderá haver dimensões mais influentes do que outras como fatores de influência na experiência de vitimação. Independentemente de haver várias perspetivas sobre o conceito, parece haver consenso quanto ao facto de não haver relação causal e linear da *vulnerabilidade social* com a exposição aos perigos, mas sim com o tratamento desigual, nomeadamente com influência de fatores diferenciadores (idade, sexo, pobreza, classe social), a que os indivíduos estão sujeitos e que precede a ocorrência de *vulnerabilidade social*. (Bankoff, 2004; Bolin, 2006; Cutter, 2006; Fekete, 2009; Kuhlicke et al., 2011).

### **Pessoas em situação de Sem-abrigo**

Em Portugal, segundo o conceito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENPISA), pessoa em situação de sem-abrigo são todos aqueles que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontram sem teto e sem casa. Entende-se por *sem teto* aquelas pessoas que vivem no espaço público, alongamentos temporários de emergência (curtos espaços de tempo) e espaços precários. Entende-se por *sem casa*, todas as pessoas que se encontram em alojamento temporário destinado para o efeito (corresponde à resposta social da nomenclatura da segurança social designada por Centro Alojamento Temporário) (ENPISA, 2009-2015).

### **Representações sociais e Identidade**

Para Moscovic (1998) as representações sociais constituem uma forma de conhecimento social de imagens que condensam um conjunto de significados, isto é, sistemas de referência

que nos permitem interpretar o que se passa, dar um sentido as coisas, segundo categorias que servem para classificar circunstâncias, fenómenos e os indivíduos com quem nos relacionamos. Para Cuche (1996) ao definir-se um grupo social, corre-se o risco de atribuir erroneamente categorias incorporadas e inalteráveis, com tendência para perpetuar a posição dos grupos sociais.

Para Pinto (1991), a Identidade social é um conceito fundamentalmente relacional. Com efeito a identidade não tem uma existência terminada, isto é, está condicionada pelas mudanças ocorridas no meio social. Neste sentido não permanece rígida nem indiferente ao desenvolvimento histórico dos indivíduos e dos grupos, mas emerge nas práticas e interações sociais.

### **Qualidade de vida, necessidade, suficiência e resiliência.**

Compreender a importância e o impacto dos eventos de vida no funcionamento e bem-estar dos indivíduos, é algo que tem suscitado interesse e curiosidade daqueles que se interessam pela avaliação da *qualidade de vida* (Kaplan, 2003; Katschnig, 2006).

Para a Organização Mundial de Saúde, a definição de *qualidade de vida* caracteriza-se pelo seu carácter multidimensional, transcultural e subjetivo do conceito. Em bom rigor, é a “percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL Group, 1994).

Para Baudrillard (1970), o mito da felicidade plena condiciona a forma como nos relacionamos com os *objetos* e o significado que lhes atribuímos, incluindo a noção de *necessidade* - “todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingénuas: a propensão natural para a felicidade”.

Harry G. Frankfurt (2015) introduz o pensamento de que do ponto de vista da moralidade não é importante que todos tenham o mesmo, mas que cada um tenha o *suficiente*. Bem entendido, o autor desenvolve o pensamento de que a *igualdade económica* seria de fácil resolução, bastaria que fossemos todos pobres, admitindo, portanto, que a noção de *suficiência* é bem mais complexa. Esta noção é de *suficiência* é de difícil delimitação conceptual, por nuances culturais e contextuais, e também pela vinculação do termo à noção antagonista de como se considera algo relativo à *sobrevivência* e ao *excedente/luxo*. Em bom rigor, “coisas vistas como essenciais numa sociedade podem ser consideradas luxos supérfluos noutra” (Giddens, 2004).

De acordo com Werner & Smith (1992), a resiliência é um processo de empoderamento pessoal, que pode ser definido como a habilidade dos indivíduos de superar adversidades. A resiliência só se manifesta quando somos expostos a algum risco.

A resiliência emocional e social são duas formas de resiliência transversalmente necessárias na relação do indivíduo com o meio, quando exposto a riscos. Para Rutter (1987) a resiliência emocional é definida com o encontro de fatores e experiências positivas, quer originam a promoção da auto-eficácia e autonomia, com abordagens de resolução de problemas.

Para Rutter, a resiliência social apresenta como fatores de proteção: (a) não violência/atos de delinquência, (b) ter um grupo de pares significativo, (c) relacionamentos que envolvam intimidade, (d) bom vínculo com a escola, (e) com a familiares (Rutter, 1990; Hutz, Koller & Bandeira, 1996), (e) modelos sociais que promovam uma aprendizagem contínua e construtiva nos contextos e situações, mediada pelo equilíbrio entre as responsabilidades sociais e as exigências do indivíduo, de forma a este obter ganhos (Fuentes, Serrano & Colmenarez, 1988). Contudo, as pesquisas mais recentes relatam alguma indefinição do termo uma vez que as bases que o originam são tanto constitucionais como ambientais, sendo a resistência quantificável um resultado variável de acordo com as circunstâncias (Rutter, 1985).

De uma forma geral, segundo Martineau (1999) podemos assinalar três formas basilares nos discursos sobre resiliência, a saber: sociabilidade, criatividade na resolução de problemas e o raciocínio de autonomia e de proposta.

### **Discriminação e vitimação – estudos empíricos**

Nos tempos mais atuais, combater a marginalização e a discriminação social tornou-se prioritário, ainda que não haja unanimidade na interpretação da “malignidade” e “benignidade” do termo *discriminação*. Por exemplo, para Schmitt e Branscombe (2002) a discriminação é psicologicamente ameaçadora. Por sua vez, para Crocker e Major (1989) a percepção de discriminação também pode ter aspetos positivos, uma vez que pode funcionar como estratégias de proteção por parte dos discriminados, atribuindo parte da influência das experiências e dos resultados pessoais negativos, a fatores externos. Como uma possível definição do termo, a *percepção de discriminação* pode ser entendida como a avaliação de uma ação como injusta ou imerecida, explicada pela inclusão ou pertença do próprio a um grupo social estigmatizado (Major & Sawyer, 2009).

Para Harter (1999) a forma como nos avaliamos baseia-se, em parte, nas percepções pessoais de como achamos que os outros nos avaliam. Um número significativo de estudos têm vindo a demonstrar que a discriminação percebida está associada a uma menor autoestima e a menos sentimentos positivos sobre si e sobre o mundo (Pascoe & Smart Richman, 2009; Schmitt, Branscombe, Postmes & Garcia, 2014; Tawa, Suyemoto, & Roemer, 2012).

Ao abrigo do artigo 21º incluído no Capítulo Igualdade da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2010), a proibição da discriminação é um princípio fundamental a proteger, e a integridade e dignidade das pessoas um direito a ser defendido. Esta legislação engloba formas de discriminação como: em razão do sexo, idade, origem racial ou étnica, religião ou crença, características genéticas, língua, opiniões políticas, pertença a uma minoria nacional, nascimento, deficiência, idade, orientação sexual e riqueza.

### **Em Portugal**

Segundo dados do último Eurobarómetro – primavera de 2016, a percepção da situação económica do país é negativa, sendo o indicador da situação financeira igualmente negativa. Portugal é um dos países europeus que apresenta maior desigualdade na distribuição de rendimentos, menos condições de vida (nomeadamente no que se refere à privação de material) e taxas mais elevadas de risco de pobreza monetária (Eurostat, 2010). Segundo dados do Eurobarómetro (2015), as formas de discriminação mais prevalentes no nosso país parecem ser a orientação sexual (69%), identidade de género (65%), deficiência (65%) e origem étnica (64%).

A Constituição Portuguesa (1976) declara o direito universal à habitação: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Na segunda parte da Carta Social Europeia (1961), os Estados têm a obrigação de promover o acesso à habitação para evitar, reduzir e terminar com o número de pessoas em situação de sem-abrigo e proporcionar um preço da habitação acessível a todos, com muitos ou poucos recursos.

### **III. Objetivos e questões de investigação**

Neste estudo procurou-se perceber e analisar a(s) narrativa(s) resultantes do fenómeno

de vitimação como consequência da percepção subjetiva de discriminação.

Através de uma abordagem holística sobre a temática patente neste estudo, considera-se que a novidade deste estudo se prendeu com a análise e compreensão das narrativas de vitimação decorrentes da experiência de discriminação socioeconómica em contextos vulneráveis, e com a análise dos impactos nos indivíduos vítimas de discriminação socioeconómica.

Com esta investigação procurou-se responder a dois objetivos gerais:

(1). Identificar e analisar as narrativas decorrentes da experiência de discriminação e em que medida a experiência de discriminação é construída como sendo de vitimação.

(2). Identificar e analisar a percepção de alternativas de proteção face a esta experiência.

Para a concretização deste estudo temos também como objetivos específicos:

(a). Analisar as trajetórias de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

(b). Analisar a qualidade das redes de suporte, social e instrumental.

(c). Avaliar a capacidade de resolução de problemas e de mudança da condição atual.

Para a concretização deste estudo foram desenvolvidas algumas questões norteadoras, a saber:

(i.) Qual é o impacto da discriminação na qualidade de vida e bem-estar dos participantes?

(ii.) Quais as estratégias de *coping* utilizadas para situações de discriminação?

(iii.) Qual a importância das redes de suporte na significação do problema?

(iv.) De que forma(s) os participantes significam e projetam o futuro com ou sem a problemática?

## IV. Método

### Participantes

No presente estudo os participantes foram selecionados de acordo como os seguintes critérios de inclusão: ter  $\geq 18$  anos, concordar com os termos presentes no consentimento informado, apresentar vulnerabilidade económica, estar acompanhado por algum tipo de entidade/associação de caráter social, estar ou ter estado em situação de sem-abrigo com ou sem sinalização/acompanhamento.

## Percepção subjetiva de discriminação e experiência de vitimação

Como critérios de exclusão dos participantes neste estudo tivemos: psicopatologia grave, défice cognitivo ou consumo de substâncias comprometedoras do funcionamento da participação no estudo.

Dos 4 participantes no estudo, 2 encontram-se em situação de sem-abrigo, sendo que 1 destes participantes tem emprego e o outro é beneficiário do rendimento de inserção social (RSI). Os outros 2 participantes, 1 tem emprego e outro é beneficiário do RSI, e ambos já tiveram em situação de sem-abrigo.

**Tabela1: Características dos participantes**

Nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Emprego	Beneficia de apoios sociais?	Onde vive?	É/foi vítima de discriminação pela sua situação socioeconómica
Pessoa A PA	Masculino	56	Solteiro	6ºAno	Não	RSI	Sem-Abrigo	Sim
Pessoa B PB	Masculino	59	Solteiro	4ºAno	Não	RSI	Quarto	Não
Pessoa C PC	Feminino	31	Casada	6ºAno	Sim	Não	Casa	Sim
Pessoa D PD	Masculino	47	Viúvo	Frequenta o 12ºAno	Sim	Não	Sem-Abrigo	Não

## Procedimentos

O primeiro contato com os participantes do estudo foi feito na rua através da proximidade do investigador com os circuitos onde é proporcionado prestação de cuidados básicos, por associações em contexto de rua, a pessoas com dificuldades socioeconómicas. Dos 4 participantes, 3 aceitaram participar quando lhes foi explicado os objetivos do estudo. Por sua vez 1 dos participantes foi selecionado através do contato prévio com uma associação. Depois da apresentação do propósito do estudo e depois de esclarecidas as questões éticas e obtido o consentimento informado, foi perguntado a cada participante se concordava com a gravação em suporte áudio da entrevista, para que deste modo se pudesse preservar a integridade da informação de cada discurso. As entrevistas foram realizadas somente na presença do investigador e do participante, com uma duração de 1h, sempre num

local a definir pelo participante. Para a análise temática das entrevistas foi utilizado o *NVivo* para organizar, codificar e analisar os dados.

### **Materiais/Instrumentos**

**Consentimento informado** – para a aplicação dos instrumentos foi previamente acordado com os participantes os termos do consentimento informado, bem como abordadas todas as questões éticas e de confidencialidade com os participantes neste estudo.

**Questionário sociodemográfico** – para a recolha dos dados sociodemográficos foi utilizada uma grelha de avaliação de modo a recolher indicadores sociais e económicos acerca do agregado do adulto. Estado civil, habilitações literárias, situação profissional, fonte de rendimento do agregado e condições habitacionais, foram algumas das áreas a explorar.

**Entrevista qualitativa** – para a recolha dos significados atribuídos pelos adultos à *experiência de vitimação* decorrente da *percepção de discriminação*, foi utilizada uma entrevista qualitativa. Esta entrevista abordará quatro áreas fundamentais:

- a. Avaliação do estado atual e da configuração do problema – crenças, valores pessoais e inquietações
- b. Avaliação da qualidade das redes de suporte
- c. Avaliação das estratégias de *coping* utilizadas
- d. Avaliação da capacidade de projeção do futuro e de resolução do problema

A *entrevista qualitativa* desenvolvida teve por base o modelo de entrevista de McAdams (2008) adaptada à problemática deste estudo. Esta entrevista foi administrada individualmente, onde foi pedido ao participante que relatasse momentos marcantes da sua vida, dificuldades sentidas no dia-a-dia na relação com os outros, redes de suporte, percepção de si, crenças e projeção do futuro. Foi utilizada a aplicação do telemóvel para gravar a entrevista na sua totalidade, uma vez obtida a autorização dos participantes.

### **Metodologia de análise**

Utilizou-se a metodologia de análise temática, com recurso ao software de análise qualitativa Nvivo 11, para o processo de organização, codificação e interpretação dos dados. A análise temática tal como indicada por Braun e Clarke (2006), trata-se de uma metodologia de codificação indutiva em que os temas identificados estão fortemente ligados aos dados, não se procurando ajustar a um quadro de codificação pré-existente- data-driver. A medida



utilizada para verificar a fiabilidade do acordo entre juízes nas categorias apresentadas foi o Kappa de Cohen que apresentou o valor 0.95. Este valor, segundo Lima (2013), indica que houve um acordo muito bom entre juízes.

## V. Resultados

Para um entendimento mais integrado dos resultados da investigação irá proceder-se à apresentação dos mesmos seguindo a ordem das questões orientadoras do estudo. Os temas e subtemas que constam destes resultados são consequência das referências mencionadas por mais que um participante. Os resultados serão apresentados segundo as temas e subtemas com mais participantes, sendo o segundo critério, em caso de empate, o número de referenciadas.

- (i.) Qual é o impacto da discriminação na qualidade de vida e bem-estar dos participantes?

Ao longo das entrevistas foi possível verificar que 4 participantes mencionam relatos de *discriminação*, pese embora quando foram questionados de forma direta se já foram vítimas ou não de discriminação 2 participantes responderam que não, 4 relatam considerações sobre a *qualidade de vida e bem-estar* e 3 mencionam *impactos da discriminação*.

Através dos discursos dos participantes foi possível verificar que o fenómeno de *discriminação percebida* (ver tabela 2) pode ser representado segundo o ponto de vista do *agente* e da *vítima*. Em primeiro lugar os participantes mencionam relatos de discriminação enquanto vítimas na relação intergrupo, (PA: “*sim. por não ter dinheiro por não ter um bom especto... já foi tratado de maneira diferente por causa disso. num café até.*”); (PA: “*Não há nada, fui embora. Antes da esquina virei, e não há nada... só não há nada para mim porque fui eu que pedi... venho para cima e vi a porta outra vez aberta e a servirem a refeição. É frustrante, porque é que a mim me recusam comida às vezes.*”); (PB: “*alguns olhavam assim um bocadinho de lado, como quem diz “este gajo, está a dormir aqui na rua, anda sempre lavadinho, penteadinho, e era, pronto.*”); (PC: “*achei que na cara dele era assim, um bocado assim para o desconfiado, eu acho que uma pessoa que vai lá pedir alguma coisa, não é bom.*”); (PD: “*Não, a mim não. Ninguém me discriminou. Agora, o sistema é que está a discriminar essas pessoas, não são as pessoas que estão a discriminar*”). No que concerne à perspetiva da vítima na relação intragrupo, (PA: “*o sem-abrigo, tratam-me de maneira diferente: eu entre o sem-abrigo sou maltratado, com os próprios sem abrigo. têm invejidade. não sei bem porquê...*”); (PA: “*veem aqui por exemplo as carrinhas e eles dizem que eu não preciso... “não deem a esse que ele não precisa”, porquê que eu não preciso? não é? eu vivo com o que a segurança social dá.*”); (PC: “*Sim pela maneira que visto, e eu disse à pessoa, a maneira que eu visto é como eu gosto.*”). Por

último, no que diz respeito à discriminação enquanto agente é mais pontuada na relação intragrupo, (PA: *Eu sou um sem abrigo, agora imagina num balcão um gajo destes, eu não o posso servir, não está em condições. Eu não sou contra as pessoas nesse sentido*); (PB: *Eu sei. Mas também é preciso uma coisa, você tem um cafezito com bons cliente entra um gajo a cheirar mal, hoje e depois, começam a topar, e o “senhor não pode entrar assim aqui”, não é?, “Para a próxima venha mais limpinho”, As pessoas não ligam nenhuma é a cheirar a suores, por lavar, os outros reparam, claro*); (PC: *Ele ainda tem reforma, tem casa, não dorme na rua. É um que anda de moletas que anda aqui no café comigo. E eu deixei de lhe dar.*); (PD: *Claro que se a pessoa andar, nem precisa de dizer nada mas se andar como uma maltrapilha, claro as pessoas vão olhar para essa pessoa.*). Por sua vez a discriminação enquanto agente na relação intergrupo não foi relatada.

**Tabela 2: Discriminação percebida**

Subtemas	Nº. de participantes	Referências
<u>Agente</u>	4	16
Intergrupo	0	0
Intragrupo	4	16
<u>Vítima</u>	4	71
Intergrupo	4	53
Intragrupo	3	18

Em relação à percepção de qualidade de vida e bem-estar (ver tabela 3), todos relatam aspetos positivos, (PA: *eu tenho uma maneira diferente porque eu conformo-me com aquilo que me dão, com o dinheiro que me dão... e aquilo que me dão para vestir e calçar eu uso para mim mesmo, e depois frequento sítios onde não se gasta muito dinheiro: bibliotecas, centros comerciais onde posso carregar o telemóvel e estar 1 hora ou duas; vou à biblioteca vejo um filme leio um livro; passo assim o tempo*); (PB: *Depois daí quando subi um bocadinho, estar num quartozinho, andar mais limpo em tudo, as pessoas começaram a falar para mim e eu praticamente sentia-me mais à vontade.*); (PC: *Foi o nascimento das minhas filhas. Isso foi a melhor coisa.*); (PD: *sim, já traz dinheiro no bolso, é sempre alguma coisa, não é muito mas sempre se tem algum*). Por último são mencionados em 3 participantes aspetos negativos sobre a qualidade de vida (PA: *já tive uma vida estável... sei lá trabalhava, tinha casa. para mim era um ponto alto em relação ao que vivo agora. tinha emprego e tinha casa, agora não tenho nem uma coisa nem outra... e era jovem*); (PC: *Não quer dizer que esteja assim muito bem bem bem, mas pronto estou, tenho a minha vida organizada mas é...*)

**Tabela 3: Percepção de qualidade de vida e bem-estar**

Subtemas	Nº. de participantes	Referências
Aspetos negativos	3	7
Aspetos positivos	4	11

Em relação aos *impactos da discriminação* (ver tabela 4), os discursos dos participantes relatam informação sobre a *percepção de si*, (PA: *Diferente eu sou. sou um sem-abrigo e as pessoas notam isso. Isso distinguem-me logo à partida.*); (PA: *Diminuído... Faz sentir a qualquer pessoa*); (PB: *andava um bocado triste e as pessoas reparavam... porque está aqui, dormi aqui e acolá.. pronto, não me sentia bem.*); (PD: *se calhar se eu tiver cinco ou dez anos na rua também acabo por desistir. Sabe-se lá se eu não vou desistir. Se vou andar sempre assim acabo por desistir também.*). No que concerne às relações interpessoais, (PA: *Não, ando sempre sozinho. A minha vida é esta andar sozinho para aqui e para lá, e só me junto às pessoas quando vou para a uma carrinha comer ou pedir roupa... tirando isso ando sempre sozinho.*); (PB: *evitava muito. Não me sentia bem a ir a um centro comercial, um café, porquê sentia aquela coisa assim, em mim próprio, não me sentia à vontade*). Por último em relação às relações intrapessoais é relatado, (PA: *E não me gramam por causa disso... dizem que eu ando armado em menino bonito... enfim... ao principio dava mais... agora não já estou tão habituado... mas dói!*); (PB: *E pronto, daí comecei a correr a vida até hoje. Não tenho complexos a falar com as pessoas, sinto-me à vontade.*)

**Tabela 4: Impacto da discriminação**

Subtemas	Nº. participantes	Referências
Relações interpessoais	2	14
Relações intrapessoais	2	8
Self – percepção de si	3	21

(ii.) Quais as estratégias de *coping* utilizadas para situações de discriminação?

No que concerne às *estratégias de coping* (ver tabela 5) utilizadas pelos participantes, 4 relatam *atitude resiliente*, 2 *evitamento* e 1 *conflitualidade*.

Em relação a *atitude resiliente* é referenciada pelos participantes como, (PA: *Não porque eu não deixo de fazer o que preciso. Não deixo de ir às carrinhas. Não deixo de comer. Nem vou mudar por causa disso.*); (PB: *“A vida deu muitas voltas e vim aqui parar como os outros, meu”. “Não quer dizer que a minha vida não vai continuar para a frente”*); (PC: *Eu não, sou igual às outras. Nunca me posso meter inferior aos outros. A gente tem de ser igual aos outros*); (PD: *É assim, diretamente não influência a minha vida, porque eu já penso isso*

*de mim e basta-me isso. Nem que uma pessoa diga assim “Ah não estas a agir bem”, mas eu sei que estou a agir bem, basta-me aquilo que eu sei e que estou certo, não preciso que os outros pensem alguma coisa de mim).*

O *evitamento de situações* é relatado como (PA: *Dou ao desprezo a maior parte das vezes.*); (PB: *Se me acontecesse isso a mim, eu tratar mal não tratava. Ficava a olhar para a pessoa e virava as costas e vinha-me embora. Ficava um bocado envergonhado e nem punha lá mais os pés.*)

Por ultimo a *conflitualidade* é mencionada como (PA: *umas vezes... em princípio reagi mal, não é... já entrei em violência... o tempo leva-nos a ficar mais calmos mais pacíficos.... quando era mais novo entrava em violência... tenho fama de ser violento, mas não sou... sou um gajo porreiro).*

**Tabela 5: Estratégias de coping e de resolução de problemas**

Subtemas	Nº. participantes	Referências
Conflitualidade	1	7
Evitamento de situações	2	3
Atitude resiliente	4	17

(iii.) Qual a importância das redes de suporte na significação do problema?

No âmbito desta questão de investigação foi elaborado dois temas fundamentais decorrente das narrativas dos participantes, *representações sociais* (ver tabela 6) e *rede de suporte* (ver tabela 7).

No que diz respeito às *representações sociais* criaram-se 4 temas diferentes consoante os discursos dos participantes para melhor de compreender como as *redes de suporte* são entendidas, a saber: *percepção do sujeito sobre o grupo*, *sentimento de rejeição a grupo*, *sentimento de pertença a grupo* e *percepção do grupo sobre o sujeito*.

Em primeiro lugar *percepção do individuo sobre o grupo* é bastante expressiva, (PA: *O sem abrigo não tinha a necessidade de andar a meter nojo. Podia e devia andar limpo, e não anda por conveniência. Isso a ele é-lhe conveniente que as pessoas olhem e “ai coitadinho” e isso a mim revolta-me.*); (PB: *Muito recebem os dinheiros das ajudas do estados RSI, muita parte deles não querem estar num quarto, querem dormir na rua e querem ter o dinheiro no bolso*); (PC: *Se calhar posso estar errada, não sei. Nós não conhecemos a pessoa 90 por cento. A gente só conhece metade para aí.*); (PD: *Ah, só quero que as pessoas correspondam exatamente aquilo que eu penso delas e eu correspondo da*

*mesma maneira para elas.)*

*Sentimento de rejeição a grupo* é o segundo tema mais referenciado pelos participantes, (PA: *Eu tenho é uma outra maneira de viver ou de ver a vida.*); (PB: *Isto é verdade porque eu vejo na rua. Recebe o dinheiro no mesmo dia, passado um bocado já não tem dinheiro... ele vai-se porque eles gastam mal gasto. Vai-se porque? Não estão nos quartos, não querem saber, depois andam para aí “oh tio oh tio”*); (PC: *Aqui é sempre a ver as mesmas pessoas, eu não gosto muito.*); (PD: *Eles às vezes não respeitam, depois dizem que “ai somos discriminados, e porque estou na rua” não, não, elas são discriminadas porque insultam as pessoas ou porque fazem isto, fazem qualquer coisa que seja fora da norma só assim é que as pessoas as discriminam*).

Em terceiro lugar o *sentimento de pertença a grupo* é mencionado pelos participantes da seguinte forma, (PA: *Nós não somos bichos, somos seres humanos devíamos ser tratados com mais respeito, darem outra qualidade de vida às pessoas.*); (PB: *Nunca me senti diferentes dos outros, nunca me senti... eu acho que nós somos todos iguais.*); (PC: *Eu não, sou igual às outras. Nunca me posso meter inferior aos outros. A gente tem de ser igual aos outros*).

Por último a *percepção do grupo sobre o sujeito* é descrita pelos participantes como, (PA: *tenho fama de ser violento, mas não sou...*); (PB: *“quem tu eras quem te viu”... “quem te vê hoje tas muito diferente, tas mais calmo”... e olham para mim assim de cima a baixo e começam um bocado a dizer que ando mais limpo... desde que a minha vida mudou comecei a viver num quarto, claro começou a mudar um bocadinho para a frente*); (PD: *De uma pessoa correta e sincera e correta. Não te sei dizer mais do que isso.*)

**Tabela 6: Representações sociais**

Subtemas	Nº de participantes	Referências
Percepção do grupo sobre o sujeito	2	10
Percepção do sujeito sobre o grupo	4	68
Sentimento de pertença a grupo	3	23
Sentimento de rejeição a grupo	4	36

No que concerne à *rede de suporte* (ver tabela 7) os participantes mencionam *percepção positiva* e *percepção negativa*, nas relações *intergrupo* e *intragrupo*. A *percepção positiva* é mencionada por 4 participantes em diferentes domínios, sendo a relação com as *associações-instituições* a que é relatada por 4 participantes. Em relação a *percepção negativa*

também é mencionada por 3 participantes em diferentes domínios, sendo a relação com as *associações-instituições* relatada 3 dos participantes.

Relativamente ao subtema *percepção negativa* (ver tabela 7) sobre a rede de suporte, foram mencionados o *relacionamento com os pares*, *associações-instituições* e *família* como grupos significativos. A relação com as *associações-instituições* é descrita como, (PA: *As pessoas que vão lá não sabem o viver deste ou daquela, não é, sabem pela aparência a maior parte das vezes. E claro, veem-me a ser realmente diferente deles... tenho outros cuidados de higiene e tudo... e acreditam no que eles dizem*); (PC: *tratavam, mas havia um doutor que era assim meio nojento.*); (PD: *O que falha é assistência social em Portugal, é só o que falha. Não fazem as coisas corretas. Primeiro é preciso uma morada, depois já não é preciso uma morada, depois é preciso isto, depois é preciso aquilo, depois é preciso aqueloutro*). A relação com os *pares* é descrita como, (PA: *Os que vivem como eu sabem que sou tratado de maneira diferente. Geralmente ando sozinho, não falo dos meus problemas com ninguém.*)

Relativamente ao subtema *percepção positiva* (ver tabela 7) sobre a rede de suporte, foram mencionados o *relacionamento com os pares*, *sociedade em geral*, *associações-instituições* e *família* como grupos significativos. A relação com os *pares* é descrita pelos participantes como, (PB: *Sentia-me à vontade falava muito com as pessoas. Não tinha complexos nenhuns.*); (PC: *Tenho confiança com elas. Elas também me dão a mim, eu dou-lhe a elas.*); (PD: *Uma boa relação, faço imensos amigos e bons amigos isso é ponto assente.*). No que concerne à *sociedade em geral* os participantes mencionam que, (PB: *os estudantes e outras pessoas assim mais coisa, davam-me bons conselhos, para não ligar aos maus olhados... Eu dizia que as vezes as pessoas olhavam para mim de lado e eles prontos diziam "você não olhe a isso, você aqui de hoje para amanhã vai correr melhor.*); (PC: *Falo, normal, mas, não tento falar muito da minha vida por exemplo, mas se tiver confiança, até pode.*). Em relação às *associações-instituições* os participantes mencionam que, (PA: *Claro e é bom. Alivia. E mesmo a companhia é bom. É saudável. É agradável. É por isso que eu quando vou lá para baixo fico ali, e só não fico mais tempo porque já sei que me estão a roer na pela e eu sinto-me mal e piro-me.*); (PB: *Nunca tive razão de queixa aqui, ajudaram-me, votaram-me a mão até hoje. Foram eles que praticamente me levantaram para cima. Por senão ainda continuava andar aí, ou então já tinha morrido, ou estava numa cadeia.*); (PC: *Eu trazia sempre as receitas e ficavam com o número e eles ligavam e eu ia buscar a medicação ou eles vinham aqui.*). Em relação à *família* 1 participante mencionou que, (PC: *Sim, sim sim, a minha mãe, essa é a minha convivente.*)

**Tabela 7: Rede de suporte**

Subtemas	Nº. participantes	Referências
Percepção negativa	4	
Associações-instituições	3	22
Família	1	1
Pares	1	1
Percepção positiva	4	

## Percepção subjetiva de discriminação e experiência de vitimação

Associações-instituições	3	8
Família	1	2
Pares	3	20
Sociedade em geral	2	10

- (iv.) De que forma(s) os participantes significam e projetam o futuro com ou sem a problemática?

No que diz respeito a esta pergunta de investigação surgiram, de acordo com as narrativas dos participantes, dois temas principais: *projeção do futuro* e *atribuição de responsabilidade de condição socioeconómica atual*. No que diz respeito à *projeção do futuro*, através da análise das entrevistas dos participantes, foi possível criar dois subtemas: *mudanças individuais* e *mudanças sociais*. Por sua vez, em relação à *atribuição de responsabilidade de condição socioeconómica atual*, surgiram dois subtemas principais: *indivíduo e entidades políticas e de cariz social*.

No que diz respeito à *projeção do futuro* (ver tabela 8), 4 participantes mencionaram *mudanças sociais* como, (PA: *Acho que é a mentalidade das pessoas. Porque sei lá... eu acho que é mais a mentalidade das pessoas. Se calhar a educação das pessoas.*); (PB: *Prontos... até que o estado devia olhar a isso... e ver, saber se essas pessoas, ter informações dessas pessoas que estão a receber esse dinheiro, não querem seguir a vida deles para frente, estar num quarto, andar mais limpos, mudar um bocadinho a vida deles.*); (PC: *É por ter aquele dinheiro só, mas também não quer dizer que não caia. Qualquer dia pode cair, não quer dizer que seja já, demora, mas cai. Também, ter o dinheiro ou não ter... Desde que uma pessoa seja feliz e não faça asneiras...*); (PD: *Oh isso nem me interessa, eu não sou político, nem é preciso ser político, bastava dizer assim “ora bem, a segurança social tem um x dinheiro para ajudar as pessoas, vamos ver quem são os mais carenciados e vamos ajudar.”*). No que diz respeito ao subtema *mudanças individuais*, (PA: *Se calhar vai haver sempre uma certa discriminação. Acho que sim. Mas também acho que essa discriminação também é devida em parte ao próprio sem-abrigo.*); (PD: *Eu reparo mais que são as pessoas que se colocam nessa posição do que muita gente, às vezes elas pensam que as pessoas as tratam de maneira diferente...*)

**Tabela 8: Projeção do futuro**

Subtemas	Nº. participantes	Referências
Mudanças individuais	2	3
Mudanças sociais	4	31

No concerne ao tema *atribuição de responsabilidade de condição socioeconómica atual* (ver tabela 9.), 3 participantes *atribuem responsabilidade de condição socioeconómicas atual a entidades políticas e de cariz social*, assim como 3 participantes mencionam fatores *individuais*. No que diz respeito *a entidades políticas e de cariz social*, (PA: *O próprio estado, a própria camara devia se preocupar, afinal de contas tem condições. Vem dinheiro do estrangeiro para isto e para aquilo e porquê que não podem restaurar uma casa, há aí palacetes poça, que podiam ser restauradas e abrigar os sem-abrigo. Não o fazem porquê? Terão interesses?*); (PB: *Pronto, o estado, ver essas pessoas e pôr os pontos, “a ajuda é está, estamos a ajudar não é para as bebedeiras, não é para cafés para isto e para aquilo. A primeira coisa é um tectozinho.”*); (PD: *O que falha é assistência social em Portugal, é só o que falha. Não fazem as coisas corretas. Primeiro é preciso uma morada, depois já não é preciso uma morada, depois é preciso isto, depois é preciso aquilo depois é preciso aqueloutro.*). Em relação a *fatores individuais*, (PA: *Se calhar vai haver sempre uma certa discriminação. Acho que sim. Mas também acho que essas discriminações também é devida em parte ao próprio sem abrigo.*); (PB: *Acho que temos de ser nós próprios. Nós é que temos de ter a responsabilidade de andar mais limpos. Andar aí todo sujo não vamos estar à espera que as pessoas tenham pena. Nós é que temos de ter um bocado de higiene.*); (PD: *Portanto, eu acho mais que as pessoas é que criam as situações para serem tratadas de maneira diferente*)

**Tabela 9: Atribuição de responsabilidade da condição socioeconómica atual**

Subtemas	Nº. de participantes	Referências
Fatores individuais	3	9
Entidades políticas e de cariz social	3	18

## VI. Discussão dos resultados

Reconhecendo a complexidade e a intersubjetividade do fenómeno de discriminação socioeconómica, relativamente à primeira questão de investigação todos os participantes mencionam relatos de discriminação percebida, pese embora com diferentes discursos sobre experiências de discriminação e impactos da discriminação variáveis, com influência na qualidade de vida e bem-estar dos próprios. Nos discursos dos participantes é mais prevalente a discriminação percebida do ponto de vista da vitimização na relação intergrupo, com atribuição da responsabilidade maioritariamente às redes de suporte social e instrumental. Sobre os impactos da discriminação, segundo as narrativas dos participantes é possível identificar alterações na percepção de si, nas relações interpessoais e intrapessoais decorrente da experiência de discriminação e de exclusão social, tal como é defendido por um número significativo de estudos que têm vindo a demonstrar que a discriminação



percebida está associada a uma menor autoestima e a menos sentimentos positivos sobre si e sobre o mundo (Pascoe & Smart Richman, 2009; Schmitt, Branscombe, Postmes & Garcia, 2014; Tawa, Suyemoto, & Roemer, 2012). É transversal nos discursos dos participantes a percepção de incompreensão dos outros da sua condição, das suas necessidades e potencialidades. De acordo com a literatura, o conceito de exclusão social emerge no contexto da crise económica que as sociedades atravessam e que levou a que muitas pessoas que estavam inseridas socialmente ficassem excluídas do exercício de cidadania, da impossibilidade de ter acesso aos sistemas sociais básicos - o social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas. (Bruto da Costa, 1998).

Relativamente à segunda questão norteadora deste estudo, as estratégias de *coping* utilizadas pelos participantes para lidar com a discriminação são pautadas por atitude resiliente intersubjetiva dos participantes face à sua condição e ao contexto, fugindo um pouco das visões clássicas de resiliência. Embora sejam utilizadas outras estratégias de *coping*, como o evitamento de situações, que parece demonstrar alguma ambivalência nos discursos sobre as estratégias de *coping* adotadas. Isto pode ser explicado em parte pelas circunstâncias e pelo contexto em que a discriminação acontece. Com efeito, nos discursos dos participantes transparece muito a noção de “resolve por ti próprio”, uma vez perdida a confiança nos sistemas de suporte e perdido poder e representação nos vários domínios sociais. Para Bruto da Costa (1998), o desemprego por exemplo acarreta um exemplo expressivo de sobreposição dos domínios, a saber: perda de rendimentos normais (domínio económico), as relações sociais (domínio social), na sua identidade social (domínio das referências).

Por sua vez relativamente à terceira questão norteadora deste estudo, a percepção de rede de suporte dos participantes parece ancorada à noção das representações sociais, de identificação ou rejeição dos grupos de pertença. Todos os participantes referenciam maioritariamente considerações de rejeição e distanciamento do grupo de pertença. De acordo com a definição de Cuche (1996), ao caracterizar-se um grupo social corre-se o risco de atribuir erroneamente categorias inalteráveis a esse grupo, com tendência para se perpetuarem no tempo. Esta visão estanque e estereotipada dos grupos sociais não contempla, por um lado, as especificidades de cada indivíduo, e por outro, as mudanças estruturais dos grupos e dos indivíduos ao longo do tempo, o que pode explicar o porquê existir rejeição aos grupos de pertença. Para Capucha (2005) as novas formas de pobreza e de exclusão caracterizam-se pela rutura dos laços sociais, pela produção de situações de

desfiliação e pela crise das relações primárias entre os indivíduos vulneráveis e o seu meio. Sobre a rede de suporte, todos os participantes relatam considerações positivas e negativas sobre a rede formal e informal de suporte. Ainda assim a relação institucional-associativa é a mais referenciada pelos participantes.

Relativamente à última questão de investigação, das narrativas dos participantes é possível verificar soluções para mudança da condição dos discriminados, dos excluídos socialmente, maioritariamente soluções de ordem política, social e educacional. No que concerne ao tema atribuição de responsabilidade de condição socioeconómica atual, os participantes atribuem responsabilidade da condição socioeconómicas atual a entidades políticas e de cariz social, uma vez que percebem que o estado, a câmara e as associações de apoio devem promover a inclusão destes na sociedade, primeiramente promovendo a dignidade dos excluídos. Por outro lado, em menor intensidade, também são referidos pelos participantes fatores individuais como influenciadores da condição socioeconómica atual e da manutenção do estigma e o preconceito social dos excluídos, nomeadamente fatores de ordem física e de imagem. Em relação à projeção do futuro todos os participantes mencionam mudanças sociais como a mudança de mentalidade da sociedade em relação aos mais desfavorecidos, e alteração do modo do estado atuar com os mais desfavorecidos, nomeadamente no apoio instrumental.

## VII. Conclusões

*Hoje em dia, a maior parte das vezes em que se fala de **pobreza ou exclusão**, tem-se em mente a **situação dos sem-abrigo**.*

Bruto da Costa

Ao longo deste processo de investigação empírica foi possível, com as devidas limitações, aproximarmo-nos da realidade e do mundo interno de algumas pessoas discriminadas e estigmatizadas socialmente.

Um dos objetivos gerais deste estudo era *identificar e analisar as narrativas decorrentes da experiência de discriminação e em que medida a experiência de discriminação é construída como sendo de vitimação*. Depois de analisadas as entrevistas foi possível verificar que todos os participantes (4) mencionam relatos de vitimação discriminatória nos discursos, pese embora quando questionados de forma direta sobre se já foram vítimas ou não de discriminação 2 participantes responderam que não. Esta

informação contribui para acentuar a mais valia que os estudos mistos constituem no estudo e na aproximação dos fenómenos.

Das narrativas dos participantes foi possível compreender que o fenómeno de discriminação é um processo complexo e multidimensional. Desde logo pelo processo de delimitar com exatidão a forma como os indivíduos se percebem a si e o mundo que os rodeia. Não raras vezes as narrativas dos participantes são pautadas por discursos ambivalentes, influenciadas, não só, mas também, pela destruturação causada pelas fracas relações interpessoais e intrapessoais resultantes da exclusão social. A informação recolhida pelas entrevistas vai ao encontro do objetivo formulado inicialmente, isto é, a experiência de discriminação é construída pelos participantes essencialmente como sendo de vitimação. Não obstante também é perceptível nas narrativas das participantes atitudes passíveis de discriminação enquanto agente, nomeadamente sobre o grupo de pertença, devido, em parte, à influência das opiniões públicas e sociais sobre o grupo, e que se constroem com base em estereótipos que tendemos não raras vezes a generalizar.

O outro objetivo geral deste estudo tinha que ver com *identificar e analisar a percepção de alternativas de proteção face a esta experiência*. Através da análise das entrevistas foi possível verificar que os participantes mencionam alterações estruturais na forma do estado agilizar respostas às necessidades das pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços de apoio instrumental e de promoção de inclusão social.

#### **VIII. Considerações finais: limitações, sugestões e contributos.**

*Uma cultura que, sendo geral, respeita a cultura de cada um.*

Agostinho da Silva

No que diz respeito às limitações deste estudo podemos referir: (a) o número reduzido da amostra, (b) a dificuldade do investigador em entender, significar e aproximar as narrativas e as conceptualizações dos participantes dos conceitos em estudo e compara-los com rigor com o estado da arte, (c) dificuldade do investigador em encontrar uma definição suficiente abrangente e objetiva sobre a discriminação socioeconómica, que de uma forma holística juntasse todas as formas, todos os significados, que esta forma de discriminação pode representar para as vítimas deste tipo de discriminação.

Relativamente às sugestões de estudos futuros: (a) perceber e comparar a relação e o impacto da discriminação socioeconómicas com outras formas de discriminação, (b) aplicação de mais instrumentos, nomeadamente de ordem (também) quantitativa, para se estudar o fenómeno de discriminação socioeconómica com maior extensão, (c) analisar a discriminação socioeconómica em contexto mais favorecidos economicamente e comparar com a discriminação socioeconómica em contextos mais desfavorecidos.

Espera-se que os resultados deste estudo sejam de alguma forma um contributo para o entendimento do fenómeno de discriminação socioeconómica em contexto de vulnerabilidade económica, nomeadamente no que diz respeito à aproximação da teoria, aos contextos, às pessoas.

Numa altura quando em Portugal foi aprovada uma nova estratégia nacional para a retirada das pessoas em situação de sem-abrigo da rua e incluí-las socialmente até 2023, há mais uma nova oportunidade de aproximação da sociedade em geral, incluindo estruturas sociais de prestações de cuidados, à realidade dos excluídos, às necessidades e potencialidades daqueles que muitas vezes teimamos em não ver e ouvir. Oxalá os próximos tempos sejam tempos de operacionalizar e materializar as palavras e as promessas que ficaram por fazer. Tempos de escuta ativa e empática. Tempos de aprendizagem contínua e bidirecional - tempos de reinvenção do amor.

## IX. Referências

- Bankoff, Greg (2004), “The Historical Geography of Disaster: Vulnerability and local knowledge”, in Greg Bankoff, Georg Frerks e Dorothea Hilhorst (orgs.), *Mapping Vulnerability: Disasters, development and people*. London: Earthscan, 25-36.
- Baudrillard, Jean. A Sociedade de Consumo. Edições 70:Lisboa, 1995.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa.
- Bolin, Bob (2006) “Race, Class, Ethnicity, and Disaster Vulnerability”, in Havidán Rodriguez, Enrico Quarantelli e Russel Dynes (orgs.), *Handbook of Disaster Research*. New York: Springer, 113-129.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa; Alfredo Bruto da (coord); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008) *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva
- Conheça os seus direitos – Proteção contra a discriminação (2015), União Europeia
- Assembleia constituinte (1976), Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional (2005)
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, 96, 608–630. doi:10.1037//0033-295X.96.4.608
- Cuche, D. *La notion de culture dans les sciences sociales*. Paris: La Decouverte, 1996.
- Cutter, Susan (2006), “Moral Hazard, Social Catastrophe: The changing face of vulnerability along the hurricane coasts”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 604(1), 102-112.
- Eurobarómetro 69, opinião pública na União Europeia, primavera de 2008.
- Eurobarómetro, primavera de 2016, União Europeia.
- Eurobarómetro, União Europeia, 2015.
- Eurostat (2010), *Third European Demography Report*. Luxembourg: Eurostat.
- Fekete, Alexander (2009), “Validation of a Social Vulnerability Index in Context to River-Floods in Germany”, *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 9, 393-403.
- Frankfurt, H.G. (2015) *On inequality*. New Jersey: Princeton University Press

- Fuentes, L. B., Serrano, R. H. & Colmenarez, A. P. (1998). El abuso sexual en niños e jóvenes. Caracas: Ediluc.
- Giddens, Anthony (2004), Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hagenaars A., De Vos K.(1988), The definition and measurement of poverty, *Journal of Population Economics*, v. 23, n. 2, p. 211-221.
- Harter, S. (1999). *The construction of the self: A developmental perspective*. New York, NY: Guilford Press.
- Hutz, C., Koller, S. & Bandeira, D. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. In Koller, S. (Eds.) *Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida*. Porto Alegre: Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Psicologia.
- Kaplan RM. The significance of quality of life in health care. *Quality of Life Research*. 2003;12 (Suppl 1):3–16.
- Katschnig H. How useful is the concept of quality of life in psychiatry? In: Katschnig H, Freedman H, Sartorius N, editors. *Quality of life in mental disorders*. Chichester: Wiley; 2006. pp. 3–17.
- Kuhlicke, Christian; Scolobig, Anna; Tapsell, Sue; Steinführer, Annett; de Marchi, Bruna (2011), “Contextualizing Social Vulnerability: Findings from case studies across Europe”, *Natural Hazards*, 58(2), 789-810.
- Lima, J. Á. D. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável.
- Major, B., & Sawyer, P. (2009). Attributions to discrimination: Antecedents and consequences. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 89-93). New York: Psychology Press.
- Martineau, S. (1999) *Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to “kids at risk”*. Tese de Doutorado não-publicada, University of British Columbia.
- Moscovici, S.; Markova, I. Presenting social representations: a conversation. *Culture & Society*, v. 4, n. 3, p.371-410, 1998
- OCDE, “Growing Unequal: Income Distribution and Poverty in OECD Countries”, 2008.
- Pascoe, E. A., & Smart Richman, L. (2009). Perceived discrimination and health: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 135, 531–554. doi:10.1037/a0016059
- Pinto, J. (1991), “Considerações sobre a produção social da Identidade”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.

- Relatório de avaliação da estratégia nacional para integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento.
- Rowntree, B. (1902), *Poverty: A Study of Town Life* (2nd ed.), Londres, Macmillan & Co.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1990). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf, A. Masten, D. Cicchetti, K. Nuechterlein & Weintraub, S. (Eds.) *Risk and Protective Factors in the Development of Psychopathology*. New York: Cambridge University Press.
- Schmitt, M. T., & Branscombe, N. R. (2002). The meaning and consequences of perceived discrimination in disadvantaged and privileged social groups. *European Review of Social Psychology*, 12, 167–199. doi:10.1080/ 14792772143000058
- Schmitt, M. T., Branscombe, N. R., Postmes, T., & Garcia, A. (2014). The consequences of perceived discrimination for psychological well-being: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 140, 921–948. doi:10.1037/ a0035754
- Serge, Paugam (2003) *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora
- Tawa, J., Suyemoto, K. L., & Roemer, L. (2012). Implications of perceived interpersonal and structural racism for Asian Americans' self-esteem. *Basic and Applied Social Psychology*, 34, 349–358. doi:10.1080/01973533.2012. 693425
- Taylor-Gooby, Peter (2003), “Open markets versus welfare citizenship: conflicting approaches to policy convergence in Europe”, *Social Policy & Administration*, 37 (6), pp. 539-554.
- The Global Risks Report (2017) 12th Edition, Geneva, World Economic Forum.
- Townsend, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom: a survey of households and standards of living*, Harmondsworth, Penguin Books.
- Townsend, Peter. (2002), “Poverty, Social Exclusion and Social Polarisation: The Need to Construct an International Welfare State”, in: Townsend, Peter e Gordon, David (eds.), “World Poverty: New Policies to Defeat an Old Enemy”, Bristol: The Policy Press, pág.3–24, pág.7.
- Werner E. E. & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: high-risk children from birth to adulthood*. London: Cornell University Press.
- Wilkinson, R., and Pickett, K. (2009) *The Spirit Level*, Penguin, Harmondsworth

WHOQOL Group (1994). Development of the WHOQOL: Rationale and current status. *International Journal of Mental Health*, 23(3), 24-56.